



IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

ENTRE LIVROS E FRALDAS: DILEMAS E DESAFIOS DA MATERNIDADE DURANTE A GRADUAÇÃO

LARISSA FIGUEIREDO PESSANHA,

**GRUPO TEMÁTICO: 24 Fazer Científico no Campo de
Públicas: a tríade Universidade-Governo-Socie**

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.
Sociedade Brasileira de Administração Pública
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

Entre livros e fraldas: dilemas e desafios da maternidade durante a graduação

RESUMO

Aborda a maternidade e como as mulheres a conciliam com o estudo no ensino superior e tem como objetivo geral compreender a influência da maternidade na experiência das mulheres-mães durante a graduação. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico, com a análise do papel social da mulher e sua inserção no ensino superior, e pesquisa de campo, por meio de entrevistas qualitativas semiestruturadas com mulheres que conciliam ou conciliaram maternidade e graduação na última década. A pesquisa permitiu concluir que as mulheres-mães enfrentam muitos desafios para conciliar a maternidade com a graduação e que carecem de políticas públicas que propiciem uma passagem menos traumática por essa experiência. Dentre as políticas, se destacam: aumento de creches universitárias, flexibilidade na entrega de trabalhos acadêmicos, disponibilização de informações sobre licença-maternidade, extensão da licença-maternidade para a continuidade da amamentação, licença-maternidade diferenciada para mães de bebês prematuros e capacitação de professores universitários.

Palavras-chave: Mulher na Universidade. Maternidade. Mãe Trabalhadora. Mulher na Educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a maternidade e como as mulheres a conciliam com o estudo no ensino superior, tendo como objetivo geral compreender a influência da maternidade na experiência das mulheres-mães durante a graduação.

A história da mulher no ocidente tem sido uma história de luta por igualdade de direitos e reconhecimento. As conquistas da emancipação feminina foram sendo construídas com base no acesso à educação e independência financeira. O vínculo que liga a mulher ao papel social de mãe e dona de casa vem sendo rompido aos poucos, porém a mulher ainda sofre com a dupla jornada de trabalho.

Nessa trajetória de evolução do papel feminino na sociedade, devemos destacar o Movimento Feminista que se consolidou como o principal marco da luta das mulheres por igualdade de direitos.

[...] feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome (PINTO, 2009).

Com relação à educação feminina, a preocupação social sempre foi voltada à educação doméstica. No Brasil, o direito à instrução escolar só se deu após a Independência.

Quanto ao ensino superior, segundo Bezerra (2010, p. 3), ocorreu primeiramente nos Estados Unidos em 1837, com a criação de universidades exclusivas para as mulheres. No caso do Brasil, o acesso das mulheres à universidade aconteceu somente no final do século XIX.

Estudos do INEP e do Censo (2016) indicam que, no Brasil, as mulheres são maioria no ensino superior (BRASIL, 2018). Porém, ainda existe um longo caminho a ser percorrido nessa busca por reconhecimento e nessas conquistas femininas no campo do conhecimento.

Norteados pelo objetivo proposto, buscou-se historicizar a inserção da mulher no mercado de trabalho e nas profissões de nível superior no Brasil; reunir informações sobre mulheres-mães que cursam a graduação (faixa etária, profissão, renda, faculdade, curso, localidade, estado civil, quantidade de filhos, faixa etária dos filhos, etc); identificar os maiores problemas enfrentados pelas mulheres-mães durante a graduação e suas consequências pessoais e profissionais; e compreender como as mulheres-mães lidam com os desafios enfrentados na graduação. E, por fim, buscou ainda identificar, a partir da percepção das mães-graduandas, políticas e ações que possam favorecer sua vivência acadêmica e enfrentar a evasão da formação superior.

Para isso, além do levantamento bibliográfico, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres que vivenciaram a maternidade enquanto realizaram a graduação, a fim de entender as experiências dessas mães.

O estudo apresenta relevância para a compreensão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres-mães durante a graduação, com o intuito de identificar ações e políticas públicas que facilitem a permanência nos cursos de graduação e promovam a igualdade de oportunidades a essas mulheres. Ao mesmo tempo, é bastante significativo ao campo da Administração, ao contribuir com análises que estimulam o debate da temática e a proposta de melhorias na área da administração de instituições de ensino superior.

Não se pretendeu com este artigo, encerrar a discussão sobre o tema investigado, nem tampouco apresentar conclusões que possam ser generalizadas a contextos históricos e sociais distintos do estudado. Ao contrário, buscou-se ampliar o debate e jogar luz sobre um tema que precisa ser melhor compreendido. Não obstante a pesquisa qualitativa estar delimitada pelas vivências subjetivas dos sujeitos pesquisados, ainda assim, puderam revelar caminhos para a superação desses desafios e novas perspectivas de enfrentamento à discriminação de gênero ainda vigente em nosso tecido social.

2 A MULHER NA SOCIEDADE

Um histórico de lutas por direitos e reconhecimento marca a vida da mulher ocidental. No passado, a maioria das mulheres exercia apenas o papel de esposas, mães e donas de casa, enquanto o trabalho era uma função quase que essencialmente masculina. Porém, em um

determinado momento da história, houve a necessidade de as mulheres passarem a trabalhar para ajudarem seus maridos e manterem economicamente suas famílias.

[...] mesmo após o período referente à Revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção feminina no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuaram reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, aos poucos foi se organizando a família operária patriarcal: marido provedor e esposa provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho que se mantém até o presente (NOGUEIRA, 2006, p.26).

Apesar de conquistas históricas, a maioria das mulheres ainda precisa lidar com a chamada “dupla jornada”, ou seja, trabalhar fora e/ou estudar e também ter a responsabilidade com afazeres domésticos e familiares, na maioria das vezes sozinha. Essa sobrecarga pode gerar cansaço, culpa, frustração e alguns casos, problemas de saúde.

Vinculada ao papel social de mãe e dona de casa, as condições subalternas de trabalho são aceitas, visto que o trabalho remunerado sempre foi a função “natural” do homem, provedor da casa. Além disso, uma vez que a mulher se insere na força de trabalho e não rompe com a lógica que a submete na esfera doméstica, ela é reprimida com a dupla jornada de trabalho (SCHMIDT, 2012, p. 5).

2.1 MOVIMENTO FEMINISTA

O Feminismo foi um dos principais marcos na luta das mulheres por igualdade de direitos. Segundo Naves et al (2011), o feminismo é um movimento social que busca a igualdade de gêneros. Pode-se delimitar a história do feminismo em três ondas:

A chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. Neste momento, destacam-se as lutas pela igualdade de direitos e de oportunidades, reivindicando acesso à educação e ao trabalho remunerado, e o direito de votar e ser votada (PINTO, 2009).

De acordo com Goyeneche (2008), a segunda onda, que aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, foi marcada por mudanças nas prioridades de luta. O propósito passou a ser buscar o reconhecimento como um gênero diferente, que possui necessidades distintas e com direito às mesmas oportunidades.

Segundo Azevedo (2017), a terceira onda do feminismo se iniciou no fim da década de 1990 e início do século XXI, trazendo reivindicações com maiores singularidades. As mulheres negras, principalmente, pleitearam um espaço diferente dentro do movimento, pois sofriam formas diferentes de exclusão e opressão.

Duarte (2004) sinaliza que há quem defenda que vivemos o período “pós-feministas”, pois teoricamente as reivindicações foram atendidas.

Graças ao referido movimento, quebramos barreiras que no passado eram inimagináveis, como uma mulher frequentar a universidade, votar e até mesmo se candidatar a cargos políticos, o que hoje é considerado algo comum e está presente no nosso cotidiano.

No entanto, ainda há um longo caminho de reivindicações e conquistas a ser percorrido pelo feminismo. Os salários inferiores para as mulheres e a predominância masculina em determinadas áreas de conhecimento e mercado de trabalho são exemplos de desigualdades atuais que ainda precisam ser revogadas no Brasil e no mundo.

3 A MULHER NO ENSINO SUPERIOR

A preocupação com a educação das mulheres, historicamente, sempre foi voltada para a educação doméstica. Segundo Aragão e Kretz (2010, p. 109), “desde o período colonial, a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos”. Sendo assim, houve uma grande demora para que as mulheres pudessem ter acesso ao ensino regular em uma escola.

Em relação ao ensino superior brasileiro, o acesso feminino deu-se somente no final do século XIX e, segundo Queiroz (2000), em 1942, houve um aumento da presença feminina no ensino superior, devido à criação do curso de Filosofia. Barroso e Mello (1975) julgaram significativo o aumento da presença das mulheres no ensino superior entre 1956 e 1971, que evoluiu de 26% para 40%.

Atualmente, estudos indicam que as mulheres tem sido maioria em todos os níveis de ensino no Brasil, inclusive o superior.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) [...] destaca o acesso das mulheres ao Ensino Superior, uma das principais conquistas femininas no último século. Dados do Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, revelam que as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação. No Censo da Educação Superior de 2006, as mulheres representavam 56,4% das matrículas em cursos de graduação. Já na docência, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da Educação Superior em exercício, 45,5% são mulheres (BRASIL, 2018, p. 1).

Rosemberg (1994) considera que o sistema de ensino brasileiro, apesar de fornecer oportunidade de acesso e permanência no ensino superior igualmente a homens e mulheres, os trata de formas distintas, associando-se a um princípio de divisão sexual do trabalho.

3.1 DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo pesquisa do Inep/MEC (2018), 57% das matrículas no Ensino Superior foram de mulheres, predominando as inscrições nos cursos de graduação.

Em 2019, 72,2% das matrículas realizadas nos cursos de licenciatura no Brasil foram de mulheres. “O aluno típico dos cursos de licenciatura é do sexo feminino e estuda em uma universidade privada”(INEP, 2019).

O quadro 1 representa, segundo o INEP (2019), o perfil do estudante de graduação (presencial e a distância). Podemos observar que, nas duas modalidades, os perfis são de mulheres jovens, entre 19 e 20 anos.

Quadro 1: Perfil do estudante de graduação presencial e à distância

“Perfil” do Vínculo Discente de Graduação, por Modalidade de Ensino (presencial e a distância) – 2019

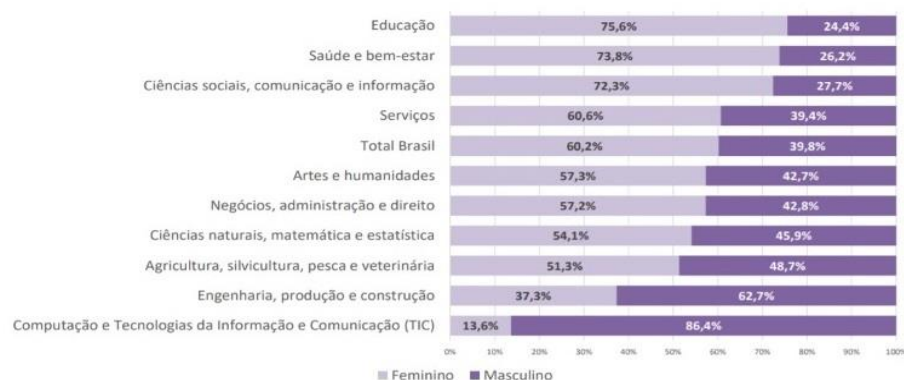
Atributos do Vínculo Discente de Graduação	Modalidade de Ensino	
	Presencial	a Distância
Gênero	Feminino	Feminino
Categoria Administrativa	Privada	Privada
Grau Acadêmico	Bacharelado	Licenciatura
Turno	Noturno	n.a.
Idade (matrícula)	21	22
Idade (ingresso)	19	20
Idade (concluente)	23	30

Fonte: INEP, 2019

No gráfico 1, observa-se que as mulheres concluintes de graduação no Brasil, no ano de 2019, predominam cursos de Educação, Saúde e Ciências Sociais. Porém, são minoria nos cursos da área de exatas, como Computação, TI e Engenharia (INEP, 2019).

Gráfico 1: Distribuição percentual dos concluintes de graduação por sexo

Distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo as grandes áreas dos cursos - Brasil 2019



Fonte: MEC/INEP: Censo da Educação Superior. 2019.

Segundo o relatório *Education at a Glance 2019*, as mulheres brasileiras possuem 34% mais probabilidade de concluir o ensino superior do que os homens. O relatório apresenta também a porcentagem de 25% de mulheres entre 25 e 34 anos que possuem o ensino superior completo, e afirma que existe uma tendência de mulheres serem maioria no ensino superior, tanto no acesso (mais mulheres ingressam) quanto na conclusão (OCDE, 2019).

4 A MATERNIDADE E A VIDA PROFISSIONAL DA MULHER

Existem muitos estudos acerca do tema maternidade como fator influenciador da vida profissional da mulher.

Souza Rios-Neto e Queiroz (2011) realizaram uma pesquisa sobre o número de filhos e seu efeito na participação das mulheres no mercado de trabalho. Os resultados indicam que mulheres sem filhos tem maior probabilidade de participar do mercado de trabalho do que as que possuem um filho. Comparados com a População Economicamente Ativa (PEA), os dados mostraram que as mães de gêmeos possuem menor probabilidade de fazer parte da PEA do que as mães com apenas um filho. Apesar da intervenção dos filhos, a pesquisa mostra que o número de mulheres no mercado de trabalho aumenta, o que gera menos tempo das mães disponíveis para estar com seus filhos e mudanças intensas na família.

Heilman e Okimoto (2008) também estudaram as influências da maternidade no mercado de trabalho. Em seu estudo, compararam 100 estudantes de MBA, entre homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho, com e sem filhos, e concluíram que ambos, tanto maternidade quanto paternidade, afetam a vida profissional, contudo, a maternidade possui um efeito negativo maior que a paternidade, podendo inclusive ser um empecilho para a evolução na carreira da mulher.

Já Amazonas, Vieira e Pinto (2011), em sua pesquisa, entrevistaram seis participantes com o questionamento “O que é ser mãe?”. Ao final, constataram que as mulheres se sentem sobrecarregadas e esperam uma divisão de tarefas com os companheiros, mas se sentem culpadas quando isso acontece, pois acreditam que só as mães são capazes de cuidar dos filhos.

A maioria dos estudos a respeito desse tema, sugerem a criação de políticas públicas que auxiliem as mulheres nessa dupla jornada.

No Brasil, o tema tem sido tratado na esfera legislativa. A constituição garante a licença-maternidade, direito da mãe de se afastar das atividades profissionais nos primeiros quatro meses de vida do seu bebê. Em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou

a lei que aumenta a licença de 120 dias para 180, porém, esse aumento não é obrigatório (BRASIL, 2008).

Lopes, et al.(2005) pesquisaram acerca dos sentimentos maternos diante da separação de seus bebês. Analisando as entrevistas, identificaram que 66% das 47 entrevistadas apresentaram sentimentos negativos em relação a essa separação, como tristeza, medo, preocupação e ansiedade.

Com a conciliação da maternidade e vida profissional, as mulheres passaram a ter menos tempo para dedicar aos filhos, o que exigiu das famílias uma rede de apoio, e a formação dessa rede varia de acordo com o contexto sócio-histórico da família (RAPOPORT; PICCININI, 2004).

As redes de apoio são essenciais nos centros metropolitanos, tendo em vista que, na maioria das vezes, as famílias de origem ainda fazem parte do mercado de trabalho ou vivem em cidades distantes. Por isso, é necessário buscar apoio de diferentes formas, como babás e escolas de educação infantil (RAPOPORT; PICCININI, 2004).

As redes de apoio são uma alternativa para facilitar a conciliação da vida familiar e da vida profissional da mulher contemporânea.

5 PESQUISA DE CAMPO: A PERCEPÇÃO DE MULHERES-MÃES SOBRE A INFLUÊNCIA DA MATERNIDADE NA EXPERIÊNCIA DE GRADUAÇÃO

5.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Vergara (2003), as pesquisas devem ser classificadas quanto aos fins e quanto aos meios. Sendo assim, a pesquisa realizada pode ser classificada como descritiva e explicativa quanto aos fins, e como pesquisa bibliográfica e de campo, quanto aos meios. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica, buscou-se historicizar a inserção da mulher no mercado de trabalho e nas profissões de nível superior no mundo e no Brasil; descrever a natureza e as exigências dos cursos de graduação no Brasil; e estabelecer a correlação entre a maternidade e a vida profissional da mulher no Brasil. E, por meio de pesquisa de campo, procurou-se reunir informações sobre mulheres-mães que cursam ou cursaram a graduação (como faixa etária, profissão, renda, faculdade, curso, localidade, estado civil, quantidade de filhos, faixa etária dos filhos, etc); identificar os maiores problemas enfrentados pelas mulheres-mães durante a graduação e suas consequências pessoais e profissionais; e compreender como as mulheres-mães lidam com os desafios enfrentados na graduação.

Este artigo, de caráter qualitativo, apoiou-se na aplicação de questionários virtuais e realização de entrevistas *online*, por meio de videoconferências, semiestruturadas com

dezmulheres que vivenciaram a maternidade cursando a graduação, a fim de compreender os problemas e desafios por elas enfrentados e suas consequências pessoais e profissionais, além de propor medidas que atendam às suas demandas específicas.

A escolha dos sujeitos se deu através do critério de acessibilidade. Segundo Vergara (2003), esse critério seleciona os componentes pela facilidade de acesso a eles. Nesse caso, o acesso inicial aos sujeitos se baseou na rede de relacionamentos da pesquisadora.

No primeiro contato, feito somente de maneira virtual, os sujeitos foram questionados quanto ao interesse e disponibilidade de participação e quanto à compatibilidade de seu perfil com os critérios da pesquisa. Neste aspecto, delimitou-se como critérios de escolha das entrevistadas o fato de serem mulheres que conciliam ou conciliaram maternidade e graduação na última década, tendo filhos que possuíssem até dez anos de idade. Tais critérios foram estabelecidos com o intuito de comparar vivências delimitadas a um mesmo período histórico – no caso, o contexto social, econômico, político e educacional da última década, no Brasil – e, ao mesmo tempo, relativas aos cuidados com filhos na primeira e segunda infância – quando demandam maior tempo e dedicação maternos – no momento em que cursaram a graduação. Foram enviados convites para participação nas entrevistas a 13 mulheres e, destas, dez foram selecionadas por apresentarem o perfil requerido. Após o retorno positivo aos mesmos, foi realizado o agendamento da entrevista virtual, por meio de videoconferência, e a assinatura do termo de consentimento.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 01 e 09 de julho de 2021, de maneira virtual (pela plataforma Zoom), com duração média de 30 (trinta) minutos. Foram baseadas em um roteiro previamente estruturado com questões abertas, elaborado de acordo com o levantamento bibliográfico. Durante a entrevista, as entrevistadas forneceram informações básicas para o preenchimento de um questionário elaborado no Google Forms, a fim de traçar o perfil das mesmas.

As entrevistas foram gravadas pela própria plataforma para que a pesquisadora pudesse reassistir e analisar seu conteúdo.

Optou-se por manter em sigilo a identidade das entrevistadas, sendo assim, elas foram identificadas numericamente (Entrevistada 1, Entrevistada 2, Entrevistada 3 e assim por diante até a Entrevistada 10).

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O roteiro utilizado nas entrevistas possui 11 perguntas. As duas primeiras perguntas, sobre o ingresso no ensino superior e o nascimento do (s) filho (s), foram feitas com a intenção de deixar as entrevistadas mais confortáveis, como um “quebra-gelo”, e para situar a entrevistadora sobre a história de cada entrevistada. As demais perguntas foram baseadas no referencial teórico desta pesquisa.

A pesquisa evidenciou a necessidade de uma rede de apoio para que a mulher consiga trabalhar e estudar, que está extremamente presente nas respostas da pergunta 3, quando todas as entrevistadas responderam positivamente ao serem questionadas sobre possuir ou não uma rede de apoio. Entre essas redes de apoio, estão presentes madrinhas das crianças e mães, pais, irmãs, sogras, sogros, avós e tias das entrevistadas, além de seus maridos, noivos e namorados, que em alguns casos não são os pais das crianças. Conforme Rapoport e Piccinini (2004), as mães necessitam de uma rede de apoio, cuja formação varia de acordo com o contexto sócio-histórico das famílias. As redes de apoio são apontadas como uma alternativa para facilitar a conciliação da vida familiar e da vida profissional.

Na pergunta 4, foi pedido para que as entrevistadas descrevessem a experiência de serem mães e graduandas. Os adjetivos mais usados em suas respostas foram: difícil, complicado, corrido, cansativo, desafiador, exaustivo ou, de acordo com a Entrevistada 2, “Um ‘bum’ de emoções!”. A justificativa para a escolha desses adjetivos está diretamente relacionada as respostas da questão 8 (Você enfrentou desafios para conciliar a maternidade com a graduação? Quais? Como os enfrentou?), em que as entrevistadas relatam, com exemplos, os desafios que sofreram nessa dupla jornada. Para responder à pergunta 4, muitas delas explicaram que, apesar de saber da importância do ensino superior ou querer concluir para dar um exemplo aos filhos, essa experiência não é nada fácil. É preciso lidar com frustrações, cansaço, dificuldades financeiras (ainda mais quando é necessário pagar o curso de graduação e/ou quando se tem muitas despesas relacionadas ao mesmo) e as vezes falta de apoio da família, o que torna a graduação ainda mais difícil. Apesar de todos os pontos negativos, algumas entrevistadas contaram que essa experiência as fez amadurecer e que a conclusão da graduação foi extremamente gratificante.

“Conciliar a maternidade com a faculdade me fez valorizar as pequenas coisas.” (Entrevistada 2) [Grifo da autora].

Quando perguntadas se trancaram a faculdade, em algum momento, por conta da maternidade (pergunta 5), quatro das dez entrevistadas responderam que sim. Já quando questionadas se alongaram seu tempo de graduação por causa da maternidade (pergunta 6), sete mães responderam de maneira afirmativa. Foi questionado também se as entrevistadas consideraram, em algum período, abandonar a graduação, por conta de problemas decorrentes da maternidade (pergunta 7), e cinco delas responderam positivamente. Embora a maioria não tenha necessitado interromper a faculdade, as respostas deixam evidente que houve sim dificuldades na condução do curso. O fato de metade das entrevistadas terem cogitado abandonar os estudos reforça a dificuldade na conciliação da maternidade com a formação profissional na graduação.

Na pergunta 8, todas as mães disseram ter enfrentado desafios para conciliar a maternidade com a graduação. Dificuldade em estudar em casa com a presença do filho, lidar com o estresse gerado pela dupla jornada, conciliar as demandas da maternidade, casa, estudos e estágio no dia a dia, cansaço e poucas horas de sono, redes de apoio indisponíveis em momentos de necessidade, lidar com as próprias emoções e sentimentos desencadeados com o fato de estar longe do filho e instabilidade financeira foram os desafios relatados pelas entrevistadas. Para enfrentá-los, algumas mães contaram que estudavam de madrugada, depois que os filhos dormiam, ou que estudavam com os filhos no colo. “Balançava ela no carrinho com uma mão e com a outra digitava no computador” (Entrevistada 1). Outras mães explicaram como a presença de uma rede de apoio foi essencial para que elas conseguissem superar esses desafios. A Entrevistada 5 descreveu sua estratégia para driblar o cansaço e as dificuldades: “Enxergar o filho e os momentos com ele como combustível para continuar e vencer os desafios”. Esses desafios se traduzem na imensa culpa que as mães carregam quando precisam deixar os seus filhos aos cuidados de outras pessoas em prol dos seus projetos pessoais, sejam eles profissionais ou acadêmicos. Segundo Amazonas, Vieira e Pinto (2011), as mulheres estão sempre sobrecarregadas, esperando dividir tarefas com seus companheiros, porém são dominadas pela culpa, uma vez que acreditam que somente as mães são capazes de cuidar bem dos filhos. Esse sentimento é um bloqueador para o futuro desenvolvimento profissional e intelectual da mulher.

Na pergunta 9 (Como as dificuldades de conciliação da graduação com a maternidade afetaram a sua vida pessoal ou profissional?), temos duas vertentes. No âmbito profissional, foram relatadas questões como dificuldade para fazer cursos extracurriculares e de extensão, alterações no planejamento de término da graduação, sensação de não estar produzindo no trabalho por conta do cansaço devido à dupla jornada, dificuldade para conseguir estágios e

trabalhos na área e preconceito por conta da maternidade. A Entrevistada 8 contou ter sido indagada sobre a maternidade em todas as entrevistas de emprego que fez, confirmando a discriminação à mulher-mãe abordada por Probst (2003). Já no âmbito pessoal, as questões foram a vida social e a amorosa deixadas de lado, falta de apoio dos familiares e conselhos para abandonar os estudos, sobrecarga física e emocional, crises de ansiedades e dificuldade em criar vínculos com os colegas de turma por não participar das confraternizações após as aulas.

Ao serem questionadas sobre suas emoções em relação a terceirizar os cuidados com os filhos e a ausência parcial na vida deles (pergunta 10), sete das dez entrevistadas afirmaram ter sentido culpa, tristeza, medo (principalmente de estar errando ou de não ser uma boa mãe), saudade, sofrimento com a separação, sensação de estar perdendo fases importantes do filho e de não estar completa longe dele e também a sensação de estar sendo consumida por todos esses sentimentos ruins, apesar de saberem da importância dos estudos e de que seus filhos estavam seguros com pessoas de confiança, reafirmando o resultado da pesquisa de Lopes et. al. (2005) acerca dos sentimentos maternos perante a separação de seus filhos, apresentada no referencial teórico. As Entrevistadas 5 e 7 contaram que nos primeiros meses de separação do filho, também durante a amamentação, não queriam ir a aula e choravam quando iam. Segue relato de algumas entrevistadas sobre esta pergunta:

“Ser mãe é se sentir culpada, é achar que está falhando em algum lado o tempo todo. Se você se dedica ao estudo ou ao trabalho, você acha que está devendo com o seu filho, com a casa, com os cuidados. Se você tá com seu filho, você se sente incompleta, parece que você não tá almejando tudo que você espera, enfim, todo o seu potencial. É uma constante luta interna, o maior sabotador somos nós mesmos, na nossa cabeça” (Entrevistada 9).

“Eu tenho uma reflexão quanto a isso: não priorizar tanto o externo, o profissional, e esquecer dos meus filhos, que esses é que vão fazer sentido para mim. Por exemplo, quando eles ficam doentes, aí que a gente vê o que significa tudo para você!” (Entrevistada 2).

“Não queria dar o gosto das pessoas falarem ‘ah, ficou grávida e abandonou tudo’ como se a gravidez fosse um erro” (Entrevistada 1).

As outras três entrevistadas responderam que não tiveram nenhum desses sentimentos pois as aulas da graduação eram no mesmo horário da escola dos filhos, ou porque os filhos estavam seguros em casa com o pai ou ainda porque queriam dar o exemplo para os filhos e enxergavam aquela situação como uma oportunidade que poucos teriam.

Na pergunta 11, foi pedido para que as entrevistadas apresentassem ações ou políticas que poderiam ter favorecido a conciliação da maternidade com a graduação. As sugestões foram:

- Transporte seguro para ir e voltar da faculdade, principalmente nas ocasiões em que precisarem levar os filhos;
- Flexibilidade *on-line* para entrega de trabalhos e atividades mais simples;
- Aumento de creches universitárias e instituições de educação infantil;
- Facilidade no acesso às informações sobre licença-maternidade para estudantes da graduação;
- Aumento de escolas e creches que funcionem aos sábados;
- Extensão da licença-maternidade, principalmente para a continuidade da amamentação;
- Licença-maternidade diferenciada para mães de bebês prematuros;
- Disponibilização de espaços nas faculdades para que as crianças fiquem enquanto as mães estão em aula, principalmente para as alunas de cursos noturnos;
- Assistência financeira para mães sem rede de apoio;
- Flexibilidade nas presenças em aula;
- Capacitação de professores universitários, para que tenham compreensão e empatia com as alunas mães e com as eventuais situações.

É importante ressaltar que esta última pergunta despertou um momento de desabafo em algumas entrevistadas, como a Entrevistada 10 que afirmou que “muitas mães desistem de estudar porque não têm com quem deixar a criança” e a Entrevistada 8 que mostrou muita indignação ao declarar que não vê nenhum esforço para manter as mães na graduação. E a Entrevistada 5 que alegou que “a sociedade não tolera a infância” e, como resposta à pergunta 11, disse “Que as pessoas aceitassem que as crianças existem!”. Isso nos remete às prioridades de luta do movimento feminista em sua “segunda onda” (GOYENECHE, 2008), em que se buscou o reconhecimento das mulheres – e neste caso mães e graduandas – como um gênero diferente, que possui necessidades distintas, mas com direito às mesmas oportunidades.

É possível perceber, através de algumas respostas obtidas nessa última pergunta, como por exemplo a sugestão de capacitação de professores universitários para melhor lidar com as situações maternas, que a afirmação de Rosemberg (1994) sobre o sistema de ensino brasileiro tratar homens e mulheres de formas diferentes, reproduzindo o princípio de divisão sexual do trabalho, se mantem até os dias de hoje.

Outra questão abordada é a inflexibilidade em relação a algumas exigências da graduação, como presença em aulas, horas complementares e horas de estágio, tendo em vista os dados apresentados no referencial teórico. Não há, para as mães, nenhuma flexibilidade nesses requisitos, o que dificulta ainda mais a permanência dessas mulheres no ensino superior.

6 CONCLUSÃO

A proposta inicial foi compreender as experiências das mulheres-mães na graduação e seus maiores desafios. Sendo assim, os objetivos que nortearam essa pesquisa foram investigar a inserção da mulher no mercado de trabalho e nas profissões de nível superior; as exigências dos cursos de graduação no Brasil; as informações sobre mulheres-mães (sujeitos da pesquisa) no período da graduação; os problemas enfrentados pelas graduandas durante o ensino superior e as suas estratégias de enfrentamento.

A história da mulher na sociedade é marcada por lutas e reivindicações em busca de direitos que as garantissem saúde, segurança, educação e cidadania. O movimento feminista, nesse contexto, tem como uma de suas principais pautas a educação e a emancipação das mulheres. Somente no século XIX, as mulheres tiveram acesso ao ensino superior, inicialmente nos Estados Unidos, e posteriormente em outros países, incluindo o Brasil.

Existem inúmeros estudos que abordam a inserção da mulher no mercado de trabalho, inclusive os desafios enfrentados pelas mulheres mães. Com o intuito de compreender essa experiência e seus desafios, foi realizada uma pesquisa de campo que se pautou em entrevistas semiestruturadas com dez mulheres que vivenciaram essa dupla jornada.

Mediante a análise das entrevistas realizadas, observou-se principalmente a questão do alongamento no tempo de permanência no curso de graduação e a necessidade de uma rede de apoio, que, em geral, para as entrevistadas, foi constituída por um ou mais membros da família.

Com relação às dificuldades e aos desafios enfrentados, podemos citar que foram ressaltados pelas entrevistadas muito cansaço, culpa por deixar as crianças, estresse gerado pela dupla jornada, dificuldade em realizar as tarefas da graduação com a presença da criança e frustração por não dar conta de todas as tarefas demandadas (da graduação e com os filhos).

Em contraponto, algumas entrevistadas relataram um amadurecimento acarretado pela experiência e sentimentos como felicidade, satisfação, superação e realização ao conseguir concluir a graduação.

Com essa pesquisa, foi possível observar que há uma falta de pesquisas e dados específicos sobre esse público-alvo e que essas mulheres carecem de iniciativas que facilitem a conciliação da maternidade com a graduação. A falta de dados sobre as mulheres-mães no ensino superior no Brasil dificulta também a elaboração e implementação de políticas públicas que auxiliem o grupo nessa árdua jornada.

É importante sinalizar que conciliar maternidade e estudo sempre será difícil, devido à separação de mãe e filho, que é constantemente reafirmada na sociedade como uma relação de dependência. Porém, é possível e necessário apoiar essas mães em outros aspectos dessa conciliação. É evidente que grande parte desse apoio pode e deve vir do governo e do sistema de ensino brasileiro. Nessa pesquisa, encontram-se algumas sugestões de iniciativas para políticas públicas de auxiliariam esse público-alvo, sugeridas pelas próprias mães entrevistadas, como: aumento de creches universitárias e instituições de educação infantil, auxílio financeiro para mães sem rede de apoio e extensão da licença-maternidade, especialmente para mães de bebês prematuros.

Portanto, fica assim evidenciada a importância e relevância do estudo acerca do tema e a sugestão para futuras pesquisas acadêmicas.

7 REFERÊNCIAS

AMAZONAS, M. C.; VIEIRA, L. L.; PINTO, V. C. Modos de subjetivação feministas, família e trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n. 2, p. 314-327, 2011.

ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. *Conjectura*, Caxias do Sul, v.15, n.3, p. 106-120, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/515/400>> Acesso em: 22 nov 2020.

AZEVEDO, Jade Vilar de. *Feminismo de revista*: análise da apropriação do movimento feminista pelo mercado a partir da revista Elle. Disponível em:<https://security.ufpb.br/cj/contents/tcc/feminismo-de-revista-analise-da-apropriacao-do-movimento-feminista-pelo-mercado-a-partir-da-revista-elle_jade-vilar-de-azevedo.pdf/@_@download/file/FEMINISMO%20DE%20REVISTA%20AN%C3%81LISE%20DA%20APROPRIA%C3%87%C3%83O%20DO%20MOVIMENTO%20FEMINISTA%20PELO%20MERCADO%20A%20PARTIR%20DA%20REVISTA%20ELLE_Jade%20Vilar%20De%20Azevedo.pdf>

BARROSO, Carmem; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Fundação Carlos Chagas, *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, p. 47- 77, 1975.

BEZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UECE, 2010. p. 1-8. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/3070777-Mulher-e-universidade-a-longa-e-dificil-luta-contra-a-invisibilidade.html>> Acesso em: 22 nov 2020.

BRASIL. [Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008](#). Dispõe sobre a criação do Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111770.htm Acesso em 04 jun 2021.

BRASIL. Portal. *Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira*, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira>>. Acesso em: 24 nov 2020.

- DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*. 2003 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?lang=pt> Acesso em 02 jun 2021.
- GOYENECHE, Priscila Larratea. *Mulheres em movimento*: estudo exploratório sobre a liderança das mulheres em movimentos sociais na região da Grande Florianópolis. Disponível em: https://br.123dok.com/document/zln9w26q-movimento-exploratorio-lideranca-movimentos-florianopolis-priscila-larratea-goyeneche.html?utm_source=related_list Acesso em: 22 nov 2020.
- HEILMAN, M. E.; OKIMOTO, T. G. Motherhood: a potential source of Bias in Employment Decisions. *Journal Applied Psychology*, v. 93, n. 1, p.189-198, 2008.
- LOPES, R. C. S. et al. “No início eu saía com o coração partido...”: As primeiras situações de separação mãe-bebê. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, v.15, n. 3, p. 26-35, 2005.
- NAVES, Elisângela Fernandes et al. *Inserção, conquistas e evolução das mulheres na política*: uma questão de gênero. Disponível em: [INSERÇÃO, CONQUISTAS E EVOLUÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA: uma questão de gênero. | Naves | Fórum de Administração \(unifacef.com.br\)](https://www.unifacef.com.br/revista/insercão-conquistas-e-evolução-das-mulheres-na-politica-uma-questão-de-gênero) Acesso em: 24 nov 2020.
- NOGUEIRA, Claudia Mazei. *O Trabalho duplicado*: a divisão sexual no trabalho e na produção: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão popular, 2006, p. 22-34.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, história e poder*. Disponível em: [1 dossie celi regina jardim pinto 36 06 06 2010.p65 \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/l1dossiecelireginajardimpinto3606062010p65) Acesso em: 25 nov 2020.
- PROBST, Renata Elisiana. *A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho*, 2015. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/> Acesso em: 21 nov 2020.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Mulheres no Ensino Superior no Brasil. 2000 (?) Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0301t.PDF> Acesso em 02 jun 2021.
- RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. A escolha do cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena. *Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 3, p. 497-503, 2004.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e gênero no Brasil nos anos 80 (versão preliminar). Porto Alegre, 1994, (mimeo.)
- SCHMIDT, Natalia Taiza. A dupla jornada de trabalho: reflexão sobre o vínculo da mulher com o trabalho doméstico em contexto de ensino e aprendizagem de sociologia para o nível médio. *Revista Eletrônica: LENPES- PIBID de Ciências Sociais – UEL*, n. 1, v. 1, jan-jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/1%20Edicao/1ordf.%20Edicao.%20Artigo%20SCHMIDT%20N.%20T.pdf>
- SOUZA, L. R.; RIOS-NETO, E. L.; QUEIROZ, B. L. A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística Populacional*, v. 28, n. 1, p.57-79, 2011.
- VERGARA, S.C. *Projeto e Relatório de Pesquisa em Administração*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.